

Narrativas de viagem, história natural e circulação de saberes na primeira época moderna: um estudo a partir da “Etiópiã Oriental” de frei João dos Santos (1586-1609)

Travel literature, natural history and circulation of knowledge in Early Modern Period – a case study on Friar João dos Santos’ “Etiópiã Oriental”

Moreno Stedile | Universidade de São Paulo

stedilemoreno@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6809-4213>

RESUMO O artigo apresenta um estudo de caso sobre a obra *Etiópiã Oriental* de frei João dos Santos, tendo em conta sua singularidade na produção de conhecimento sobre a África centro-oriental. Observamos os sentidos atribuídos ao saber que provém da experiência e as formas de validação epistêmica na alta idade moderna. A produção de saberes que articula os centros metropolitanos às fronteiras dos impérios marítimos desvela dinâmicas das zonas de contato e regimes de circulação próprios dessas redes imperiais. Tomando como objeto os registros sobre animais africanos, pontuamos as formas de agenciamento e redes locais, os modos de mediação, tradução e a dimensão negociada dessa produção textual.

Palavras-chave: narrativas de viagens – circulação de saberes – história natural – África oriental – Alta Idade Moderna.

ABSTRACT This paper presents a case study on Friar João dos Santos’ *Etiopia Oriental*, acknowledging its singularity concerning the production of knowledge about Eastern Africa. We seek to observe the meanings of knowledge that comes from experience and the forms of epistemic validation in the Early Modern Period. The knowledge production that articulates metropolitan centers to the frontiers of maritime empires reveals dynamics from contact zones and regimes of circulation characteristic of imperial networks. Observing the depiction of African animals, we analyze the forms of agency and local networks, the modes of mediation, translation and the negotiated dimension of this textual production.

Keywords Travel literature – circulation of knowledge – natural history – Eastern Africa – Early Modern Period.

O saber provindo da experiência, ou do “testemunho de vista”

“A experiência é madre das cousas, nos desengana e toda dúvida nos tira.”

Duarte Pacheco Pereira, Esmeraldo de situ orbis (1954 [1505], p. 11, 12).

Em 1609, no Convento Dominicano de Évora, frei João dos Santos deu a estampa sua obra em dois grossos volumes que somam mais de mil páginas: *Etiópia Oriental e varia história de cousas notáveis do Oriente*. A obra era apresentada como fruto de sua experiência missionária no oceano Índico entre 1586 e 1600, período em que residiu 11 anos na costa oriental africana e, posteriormente, em Goa. Essa obra consolidou-se como uma fonte privilegiada para o conhecimento da África oriental, conhecendo uma circulação relevante já na época de sua publicação. Traduzida para o latim (1622), para o inglês (1625) e para o francês (1694, 1698) ainda no século XVII, constituiu uma das principais fontes para o saber sobre a África oriental, sobretudo aos seus interiores, até as viagens de David Livingstone no século XIX. Esse saber (advindo dos relatos de João dos Santos) abrange diversos aspectos: cartografia, informações comerciais, práticas religiosas, técnicas de caça e navegação, história natural, curiosidades, crônica histórica, entre outros.

Nosso objetivo neste trabalho será investigar a produção de conhecimento nessa obra, que, embora não seja um tratado científico, demonstra ser uma escrita erudita, dialogando com autores clássicos e contemporâneos. No entanto, na construção retórica da verdade pelo texto, o principal critério de validação epistêmica definido pela obra é a experiência, o que nos remete às dinâmicas históricas e locais de produção do saber, articulando os centros metropolitanos e as diversas partes do Império e revelando, a partir de sua dimensão local, dinâmicas próprias das zonas de contato. Do ponto de vista dos gêneros literários, o primeiro volume se aproxima de uma descrição geográfica sobre a África oriental (em que a história natural joga um papel significativo, junto a conhecimentos políticos, narrativas históricas, descrições religiosas, informações comerciais etc.). O segundo volume, como deixa patente o seu título, constitui sua matéria pela “*varia história*”, isto é, perpassa acontecimentos diversos e variadas formas de narrativa histórica, como a crônica de todos os vices-reis quinhentistas do Estado da Índia, narrativas biográficas de missionários da ordem dominicana no Oriente, narrativas próprias da experiência de viagem do autor e dos sucessos de sua própria navegação oceânica, descrições de costumes dos brâmanes indianos. Em ambos os volumes, a experiência em terreno concreto e as informações coletadas localmente desempenham o papel mais importante na construção do saber pela obra, podendo ser assim entendidos e estudados como narrativas de viagem, compartilhando uma forma de construir o saber pela presença nos territórios estrangeiros.

Na *Etiópia Oriental*, a descrição geográfica se inicia com a partida do autor de Lisboa em 1586, obedecendo na sua organização o percurso da estadia do missionário: o primeiro livro dedica-se a Sofala e o território contíguo do Quiteve, onde João dos Santos primeiro permaneceu como confessor por quatro anos. O segundo livro se dedica à descrição do vale da Zambézia e do planalto onde estava situado o centro de poder do Monomotapa, para onde o autor foi enviado numa missão diplomática ao deixar Sofala, além de todo o percurso litorâneo até a embocadura do rio Zambeze, assim como sua navegação rio acima, passando pela vila de Sena

até chegar à vila de Tete, por onde se acessava o planalto do Zimbábue. O terceiro livro se dedica à descrição do forte de Moçambique, centro da ordem dominicana e da estrutura oficial portuguesa na África oriental, e dos diversos arquipélagos nos quais se estendia a presença e a circulação portuguesa, onde o autor também atuou como confessor e missionário. Os quartos e quintos livros se dedicam a fornecer, respectivamente, informações sobre o reino do Preste João e sobre as cidades swahili da costa do oceano Índico, desde Melinde e Mombaça até Mogadixo, a partir de informações orais recolhidas pelo autor.

A análise da obra de João dos Santos, um autor ibérico e católico da primeira época moderna e a avaliação de sua importância histórica para a produção de saberes sobre a África oriental, a partir de uma perspectiva de circulação de saberes, enseja, de pronto, o debate sobre a grande narrativa da “revolução científica”. Esta foi uma narrativa historiográfica poderosíssima, que se cristalizou no currículo ocidental, a ponto de ser julgada por um historiador inglês como evento que “ofusca tudo o que aconteceu desde a emergência do cristianismo e reduz o Renascimento e a Reforma à condição de meros episódios” (Shapin, 1999, p. 23). No entanto, diferente do Renascimento, que é um conceito de época, não se falava em “revolução científica” no século XVII, sendo o próprio sentido conceitual de “revolução” muito mais próximo daquele sentido cíclico usado por Copérnico em *De Revolutionibus orbium coelestium* (1543) do que do sentido de ruptura e instauração do novo, usado sobretudo a partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII.

A partir dos anos 1970, a crítica das grandes narrativas e das “filosofias da história”, tidas como formulações excessivamente universalizantes, levou a uma revisão das abordagens historiográficas. Essa crítica não visava instalar uma nova grande abordagem, ou narrativa única, mas, reconhecendo a sua impertinência ou impossibilidade, descerrou trilhas para aproximações tópicas, historicamente situadas, e novas áreas do conhecimento, como a história das mulheres, a história da África e das populações afro-diaspóricas, dos camponeses medievais, da diversidade das práticas sexuais e dos arranjos familiares, das religiosidades populares, entre outras (Feierman, 1993; Dias, 1998). Assim, hoje entende-se facilmente que a “revolução científica” não pode ser mais tratada como um evento em si coerente. A própria ideia de ciência no século XVII não pode ser observada como “uma entidade cultural, singular e coerente” mas sim como um “leque diversificado de práticas de práticas culturais empenhadas em compreender, explicar e controlar e mundo natural, cada uma delas com diferentes características e cada uma experimentando diferentes modalidades de mudança” (Shapin, 1999, p. 25).

Pese as necessárias dúvidas e incertezas, não deixa de ser importante estudar as transformações ocorridas ao longo da primeira época moderna nas formas de conhecer e descrever o mundo natural, na noção mesma de ciência e sua função social, nas formas de validar e institucionalizar esse conhecimento. Conforme Federico Palomo,

la remise en question du grand récit de la “revolution scientifique” a souligné le caractère socialement construit des sciences et des savoirs et la nécessité de les situer dans les espaces sociaux, culturels, politiques et économiques qui ont conditionné leur production et leur circulation, leur légitimation et les appropriations dont ils font l’objet. À cet égard, la convergence avec certaines problématiques abordées par l’histoire culturelle est significative: elle a conduit à examiner des aspects tels que les pratiques sociales, matérielles et littéraires qui entourent le travail scientifique, depuis l’implication de ses acteurs dans les formes de la communication savante jusqu’à l’utilisation d’appareils de mesure et d’enregistrements,

écrits ou visuels, pour recueillir l’information, en passant par le recours à l’imprimerie ou la constitution de collections de naturalia. Toutefois, c’est surtout la notion même de science – lorsqu’elle est appliquée à l’époque moderne – qui a fait l’objet d’une révision critique radicale [...]. Face à la dichotomie traditionnelle entre science et savoir, on a souligné les imbrications existantes à l’époque moderne entre différents types de savoirs – scientifiques et autres (Palomo, 2022, p. 429, 430).¹

Palomo aponta como os atores eclesiásticos foram tradicionalmente excluídos da narrativa tradicional da ciência, que enfatiza os saberes laicos produzidos pelo Iluminismo e por autores protestantes do Norte europeu, destacando, em contraste, a relevância do conhecimento produzido por esses *experts* do Império, como os missionários (Palomo, 2022). Uma das direções de nosso trabalho é verificar, por meio da leitura de João dos Santos, como um conjunto de textos relacionado a um regime de circulação entre a Península Ibérica e as diversas partes do mundo no século XVI produziu uma transformação na forma dos europeus conhecerem e descreverem esse mundo, nas suas variadas formas (cosmologia, história natural, povos e religiões etc.). O *Esmeraldo de situ orbis* é um caso paradigmático desse lugar dos conhecimentos ibéricos no conhecimento sobre o mundo a partir da Europa na primeira época moderna, articulando o saber empírico com um caráter de reflexão sistematizada (Carvalho, 1982). A frase utilizada acima como epígrafe, embora recorra a uma tópica também utilizada por autores como Aristóteles e Tucídides, evidencia uma transformação no sentido atribuído ao olhar como fonte do saber: enquanto no medievo a visão, assim como os demais sentidos, é fonte do engano, afastando o indivíduo da verdade interior, na época moderna as formas de conhecer e descrever o mundo se transformam a partir do olhar, que se torna critério do saber verdadeiro.

Tanto o descobrimento da América quanto a “Carreira das Índias” provocaram uma grande transformação na forma como os europeus conheciam o mundo no início da época moderna. A vocação empírica desse conhecimento está relacionada com os novos espaços de circulação que se desenvolveram entre a Península Ibérica e as diversas partes do mundo, antes desconhecidas dos europeus e sobre as quais era necessário produzir uma memória. Algumas informações de autores clássicos, como Plínio, já haviam sido retificadas com a perscrutação da costa atlântica da África pelos portugueses ao longo do Quatrocentos, como a noção de zona tórrida, da inexistência de antípodas, da inavegabilidade dos trópicos. Novas constelações foram descobertas, incluindo todo o cosmo celeste do Hemisfério Sul, o tamanho da esfera terrestre foi reavaliado. Assim, o embate entre antigos e modernos teria raízes nos conhecimentos ibéricos do século XVI e XVII. É significativa essa percepção o trecho de uma carta de Tommaso Campanella, citada por Silva Dias: “poichè Sant’Agostino e Lattanzio negaron gli antipodi per argumenti e per opinionì, ed un mariano gli ha fatti bugiardi col testimoniari de visù” (Silva Dias, 1982, p.

1 “A revisão da grande narrativa da ‘revolução científica’ sublinhou o caráter socialmente construído das ciências e dos saberes e a necessidade de situá-los nos espaços sociais, culturais, políticos e econômicos que condicionaram sua produção e sua circulação, sua legitimação e as apropriações das quais fazem objeto. Nesse sentido, a convergência com certas problemáticas abordadas pela história cultural é significativa: ela conduziu a reexaminar aspectos como as práticas sociais, materiais e literárias que circundam o trabalho científico, desde a implicação de seus atores em formas de comunicação letrada até a utilização de aparelhos de medida e de registro, escritos ou visuais, para recolher informação, passando pelo recurso à imprensa ou a constituição de coleções de *naturalia*. Todavia, é sobretudo a própria noção de ciência – tal como ela é aplicada na época moderna – que foi objeto de uma revisão crítica radical [...]. Face à dicotomia tradicional entre ciência e saberes, sublinhou-se as imbricações existentes na época moderna entre diferentes tipos de saberes – científicos e outros” (tradução nossa).

119). Campanella mostra como simples conhecimentos empíricos, provenientes de marinheiros e viajantes, fizeram de “mentiroso” [*bugiardi*] uma autoridade como Santo Agostinho.

Entretanto, esse não seria um saber que nasce da experiência de “simples marinheiros”, como pode parecer na citação de Campanella, mas que conhece um grau relevante de sistematização, sobretudo na geração posterior a Duarte Pacheco Pereira: aquela de Pedro Nunes, d. João de Castro, Amato Lusitano e Garcia Orta (esta é a tese da grande obra de Silva Dias, que reivindica para os portugueses seu “lugar ao sol” na grande narrativa da revolução científica) (Silva Dias, 1982). Além dos tratados científicos, cosmografias, de história natural, de navegação, também a literatura de viagens e outras formas textuais concorreram para a produção de um novo saber relacionado ao contato com esses novos espaços de circulação, como narrativas de naufrágio, escritos missionários, notícias, cartas de governantes (Megiani, 2019).

Na análise de Silva Dias, assim como na de Maravall, fica demonstrada a evidente consciência de superioridade dos modernos sobre os antigos, presente como tópica em grande parte dos textos quinhentistas ibéricos, desde a poesia épica de Camões até autores como os citados Nunes e Orta (Maravall, 1966). A relevância da produção científica ibérica se manifesta também na sua recepção europeia, sendo traduzida e acompanhada nos diversos circuitos cultos europeus, como na Inglaterra elisabetana de Richard Hakluyt ou na Itália renascentista de Giovanni Battista Ramusio, ambos compiladores das novas informações provenientes da Península Ibérica sobre a América e o Oriente (Maccoci, 2019). Por outro lado, essa importância, evidente no século XVI, ficou obscurecida pelo posterior desenvolvimento de uma grande narrativa da modernidade que coloca ênfase sobre o iluminismo e o protestantismo, deixando de ver as suas raízes católicas e ibéricas (Cañizares-Esguerra, 2006).

A associação entre o saber prático relacionado às navegações e o saber teórico sobre cosmologia e os cálculos referentes ao saber tamanho da esfera terrestre, ficam evidentes no trabalho do catedrático de matemática na Universidade de Coimbra, o matemático e cosmógrafo Pedro Nunes, autor do *Tratado em defesa da arte de marear* (1537), que deu continuidade ao trabalho de Duarte Pacheco Pereira. Pedro Nunes cooperou com o vice-rei d. João de Castro, que levou na sua viagem à Índia o “instrumento das sombras” do cosmógrafo na busca de soluções para o problema das longitudes terrestres (Leitão, 2017). Silva Dias mostra, numa carta escrita de Moçambique ao rei, em 5 de agosto de 1538, o uso desse instrumento pelo vice-rei, assim como outras formas de produção do saber:

Eu, Senhor, tenho trabalhado nesse caminho quanto pude para entender miudamente a variação das agulhas, de que os pilotos tanto se queixam, e souber perfeitamente. E afirmo a Vossa Alteza que até ora nem foi sabido nem imaginado algum segredo que nessas partes alcancei - o que faz muito ao caso, para as diferenças que houve entre Vossa Alteza e o Imperador e pode haver sobre a repartição do mundo. E assim certifiquei da lonjura que há do Brasil ao Cabo da Boa Esperança. [...]. E também foi por mim muito exercida a levitação do polo a toda hora do dia [...]. Não fui remisso de fazer muitas notações sobre o correr da água [...]. Contemplei a ordem dos ventos, e este nome de monções, se é assim como dizem ou não. E do que disto soube estou satisfeito. Do mar, tirei quanto pude, assim de aves, e peixes e ervas, para conhecimento das terras (D. João de Castro *apud* Silva Dias, 1982, p. 88, 89).

A utilização da experiência empírica como critério de verificação do saber esteve presente em diversos textos ibéricos da Alta Idade Moderna, dentre agentes coloniais, eclesiásticos, viajantes

e tratadistas. Silva Dias chamou esse processo de “revolução da experiência”, mostrando a sua presença numa miríade de textos portugueses. Ela está presente em João de Castro, Garcia Orta, e outros autores tomados como referência por João dos Santos. O recurso a autoridades clássicas, bem como a outros autores seus contemporâneos, funciona como validação do discurso por demonstrar a sapiência do autor, porém recorrentemente o dominicano utiliza a experiência empírica da viagem como critério de validação epistêmica.

Podemos observá-lo numa das passagens iniciais, em que diz:

E por que para o *bom entendimento e crédito de qualquer história, é necessário saber-se o fundamento d’ella*, e a razão em que se funda o autor que a conta para que assim mais facilmente se venha em conhecimento de sua verdade (sendo a história que pretendo tratar da Ethiopia Oriental que tive larga notícia em onze annos que n’ella residi) pareceu-me que ficava obrigado antes que d’ella fallasse, dizer a causa que tive para ir a estas partes, e como andei por ellas, e para que effeito, *por que vendo-se as cousas que adiante contar como testemunho de vista, se lhe dê o crédito devido* (Santos, p. 40, 1891 [1609], destaques nossos).

O argumento fundador da obra de João dos Santos, o “testemunho de vista”, ecoa os famosos diálogos do *Colóquio dos simples e das drogas da Índia*, de Garcia Orta, onde opõe-se dois personagens, dr. Ruano, exemplo do erudito de gabinete, ex-aluno de Salamanca, forte em citações de clássicos decoradas, e o dr. Orta, o viajante, observador, que diz ao seu interlocutor:

Não me ponhais medo com Dioscórides nem Galeno, porque não hei de dizer senão a verdade e o que sei. [...]. *Nem vos direi cousa alguma ser boa, senão sendo testemunho da vista ou [sabendo-o de] pessoas dignas de fé.* [...] A mim como testemunho de vista mais baixo que todos os médicos, se há-de dar mais fé que esses padres da medicina [gregos], que por falsa informação escreveram (Orta *apud* Silva Dias, 1982, p. 98, destaque nosso).

Assim como Orta, d. João de Castro também consta entre as referências do autor dominicano, sendo elogiado como referência de um “capitão prudente”, pelas “experiências” levadas a cabo descobrindo a razão verdadeira para a cor das águas do Mar Vermelho, objeto de contradição entre autores clássicos. O trecho em que João dos Santos emula os feitos de João de Castro é significativo, no sentido do uso da história como *exempla*, orientando a atuação dos agentes imperiais na produção de conhecimento científico. A passagem também mostra expressivamente as formas retóricas de contradizer os autores clássicos com saberes empíricos. Mesmo assim, a citação dos clássicos ainda funciona como *autorictas*, pois ao demonstrar conhecimento de suas teses, mesmo que para questioná-las, o autor demonstra erudição; ao mesmo tempo, se pode notar a prática literária do autor-viajante, que não escreve um tratado científico, mas escrevendo uma descrição geográfica em que combina suas experiências empíricas a um conjunto de leituras, aborda com profundidade temas científicos e visa produzir conhecimento em sua obra, como no exemplo do “prudente capitão”:

há muitas opiniões, assim entre escriptores, como entre os mouros d’estas partes, os quaes dizem que é vermelho por causa de ter o fundo do barro vermelho, e que sendo a mesma água branca e clara, parece vermelha. Outros mouros dizem que se faz vermelho no tempo das invernadas, com as muitas águas que recebe vermelhas a qual côr tomam de algumas terras de barro vermelho por onde passam, até se metterem n’este mar. [...]. Mas ainda

que tudo isto seja verdade, não podem estas enxurradas fazer tanto efeito no mar, que o tinjam mais que ao longo das praias [...]. Plínio, Aristóteles e Pomponio Melle, dizem, que este mar Vermelho tomou o nome de um rei que morava nas suas praias, chamado Erythreo, que quer dizer vermelho. Quinto Curcio e outros autores affirmam que tem este nome por causa do sangue que os egípcios n'elle derramaram quando ali morreram afogados, indo no alcance dos filhos de Israel, denotando com este nome de Vermelho, o grande castigo e mortes, que se tiveram nesse mar [...] *Mas todas estas opiniões que tenho referido d'este mar Vermelho (posto que algumas sejam de tão graves auctores) se podem refutar, e desfazer com a seguinte, certa e verificada pela experiência.* Este mar nunca teve, nem tem as águas vermelhas, mas com tudo algumas vezes apparecem ruivas em muitas partes d'elle, por causa do muito coral vermelho que tem nascido pelo fundo d'aquellas mesmas partes; e por essa razão não aparece todo da mesma côr, senão sómentes n'aquelles lugares onde há este coral, que faz parecer a água vermelha, ou roxa com a reverberação do sol quando as águas estão claras. *Esta experiência fez D. João de Castro quando veio a este mar, em uma grossa armada da Índia, da qual elle depois foi governador. Este prudente capitão correu de propósito quasi todo este mar Rôxo como elle conta nos seus commentarios geographos,* que fez de todas estas terras; e nos lugares onde via estas manchas vermelhas, mandava mergulhar alguns homens grandes mergulhadores, que já levava para este efeito, os quaes indo abaixo ao fundo do mar para fazerem experiência d'aquella vermelhidão [...] (Santos, 1891 [1609], p. 463, 464, 465, destaques nossos).

O modo de narrar de frei João dos Santos é o da narrativa de viagem escrita por um erudito, que cita *en passant* as experiências científicas de d. João de Castro no Mar Vermelho. Mais do que mero adorno ao texto, isso indica o uso do vice-rei como *exempla* do bom agente colonial, assim como o bom missionário deve produzir o saber que permite o bom governo. Numa sociedade em que o Estado é considerado como um corpo cuja cabeça é o rei, a circulação de informações escritas, o mais precisas possível, e o acúmulo de conhecimento sobre as diversas partes do mundo, assim como uma memória sobre esses diferentes territórios, revelou-se essencial aos modos de governar à distância na época moderna. Esse conhecimento precisava ser validado dentro das regras de sentido vigentes naquela sociedade, para ser considerado verdadeiro e útil (Megiani, 2009; Megiani, Cerqueira, 2020).

Esses textos produzidos a partir das redes imperiais ibéricas circularam com força pelo continente europeu. Silva Dias expõe as diversas traduções e publicações de textos como a *História do descobrimento e conquista da Índia*, de Fernão Lopes de Castanheda, traduzida em francês em 1553, em alemão em 1565, em italiano, em 1577 e em inglês em 1582; os *Colóquios dos simples e das drogas da Índia*, de Garcia Orta, sucessivamente impressos na Antuérpia em 1567, 1582, 1586 e 1593, publicado também em latim (1582 e 1593), em italiano (1595) e em francês (1619), as *Peregrinações*, de Fernão Mendes Pinto, publicadas em francês (1628 e 1645) e alemão (1674), entre outras obras. Além destas traduções diretas, algumas vezes integrais, existiram diversas outras obras que fizeram apanhados gerais desta literatura, compilando, resumindo, traduzindo, como as de Richard Hakluyt, grande compilador de relatos de viagem da Inglaterra elisabetana, as *Navigazioni et viaggi* e os *Diversi avisi particolari dall'Indie di Portogallo, ricevuti dal anno 1551 fino al 1558* de Giovanni Battista Ramusio. (Silva Dias, 1982; Broc; 1980; Marcocci, 2019).

A *Etiópia Oriental* de João dos Santos também conheceu uma importante trajetória de usos e publicações. Em 1622 seria traduzida para o latim pelo jesuíta Alonso de Sandoval, que

também estivera em África. Essa edição seria responsável pela circulação da obra entre os circuitos cultos europeus, contribuindo para a cartografia seiscentista da África oriental, assim como para o conhecimento sobre a história natural e sobre os costumes das populações que viviam sobretudo no Monomotapa, identificado como o principal fornecedor de ouro para o comércio do oceano Índico (Muscalu, 2015; 2017; Carvalho, 2012). Assim a grande “novidade” trazida pela obra, sua escrita erudita, permitiu sua repercussão. Em 1625, seria traduzida pela primeira vez para o inglês, por Samuel Purchas, na sua coletânea *Purchas His Pilgrims*, continuador do projeto compilador de Hakluyt, sintomático de uma Inglaterra que buscava mundializar-se mirando-se nos Impérios ibéricos e nas cortes renascentistas italianas. Em 1684, uma nova tradução para o francês, feita pelo padre Gaétan Charpy, que dedicou sua publicação a Colbert. Um manuscrito anônimo na mesma língua, datado de 1688, muito mais preciso do que a tradução anterior, foi encontrado nos arquivos do Ministère des Affaires Étrangères (Pabiou-Duchamp, 2007). Embora não fosse novamente publicada no século XVIII, Júnia Furtado mostrou o uso dessa obra pelo cartógrafo iluminista D’Anville na elaboração do mapa da África, em colaboração com o diplomata português d. Luís da Cunha, que esboçava pela primeira vez um projeto de ligação das colônias portuguesas de Angola e Moçambique. Essa autora mostrou como o uso de toponímicos africanos por parte do dominicano influenciou diretamente a cartografia de d’Anville, por exemplo no mapeamento do rio Zambeze e das serras de Lupata, que segundo o dominicano são denominadas pelos locais como “espinhaço do mundo”, no que é seguido pelo cartógrafo iluminista (Furtado, 2022, p. 134).

No século XIX, essa obra seria usada pelo explorador britânico David Livingstone nas primeiras escavações arqueológicas da África centro-oriental. Chegou ao final do século como obra rara, comprada por colecionadores a preços significativos. Retomada no debate pela divisão colonial da África para delimitar as fronteiras entre as colônias portuguesa e inglesa naquela região, seria novamente traduzida e publicada em inglês pelo missionário sul-africano e funcionário colonial britânico George McCall Theal. Republicada também em Portugal em 1891, com um lugar de destaque na coleção Biblioteca dos Clássicos Portugueses, cujo editor, Luciano Cordeiro, denuncia a “cobiça dos Fife e dos Rhodes” que queriam usar a obra de João dos Santos contra o que seriam os legítimos territórios portugueses. É essa edição que utilizamos nesse trabalho, por estar disponível em meio digital, com fácil acesso a mecanismos digitais de busca (nos trechos em que comparamos com o original, ou com a edição crítica, não foram encontradas diferenças significativas). No século XX, seria novamente publicada em inglês na coletânea de Freeman-Grenville (1962), no contexto de institucionalização dos estudos africanistas. Em 1989, uma edição do historiador Luís de Albuquerque visa tirá-la do esquecimento entre os portugueses, estando a quase um século sem ser publicada. Em 1999, receberia uma primeira edição crítica, patrocinada pela Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, a cargo do historiador Manuel Lobato (Santos, 1999 [1609]). Em 2011, uma nova publicação em francês, dentro de uma compilação de relatos de viagem dos séculos XVI a XVIII da editora Chandeigne. A tradução parcial foi realizada no contexto de uma tese de doutorado na Universidade de Paris 1 - Panthéon Sorbonne, defendida por Florence Pabiou-Duchamp, em 2008.

O motivo da reverberação da obra de João dos Santos foi o fato de fornecer um dos primeiros relatos sobre o sertão da África oriental, após a malfadada tentativa portuguesa de converter à força o Monomotapa, na expedição Barreto-Homem (1573). O fracasso dessa expedição significou também o final da presença jesuítica ao sul do rio Zambeze. A região era

de grande interesse para os portugueses por ser a principal fornecedora do ouro que abastecia o comércio do oceano Índico, assim como importante fornecedora de marfim, outro item importante desse comércio. A publicação da obra também era de grande interesse para a ordem dos Pregadores, pois o acordo de paz selado com o *mutapa* franqueara aos religiosos de São Domingos o acesso ao planalto para pregar pacificamente a fé cristã (Costa e Silva, 2002; 2011; Muscalu, 2015; 2017). O caráter único de seu relato o fez ser retomado em tantos contextos, inclusive no momento de formação da disciplina de História da África, nos anos 1960, quando as traduções de Freeman-Greenville e George McCall Theal são utilizadas no volume quinto da *História geral da África*, da Unesco (Bhila, 2011; Salim, 2011). Assim, o autor conseguiu validar o conhecimento relacionado a sua viagem de modo que é tratado até hoje como fonte de conhecimento importante para os locais por ele percorridos.

Dentro de sua descrição geográfica, o autor passa por vários desses temas, desde relatos sobre monstruosidades até a crônica histórica propriamente dita. Entremeios, João dos Santos dedica-se com fôlego à história natural. Dentro da organização geográfica por ele proposta, o autor dedica muitos capítulos à descrição de animais, plantas e minérios, mas também a saberes médicos-terapêuticos relacionados ao mundo natural, como plantas medicinais e fontes milagrosas, que faziam parte da chamada "história natural" antes do século XVIII. Ainda sobre a forma de construção da veracidade do saber com base na experiência, que provoca uma retificação das informações fornecidas pelos clássicos, ponderada pela demonstração de conhecimento sobre esses textos, chama a atenção, entrando no terreno da história natural, a descrição feita por João dos Santos do "peixe-mulher":

Quinze légoas de Sofala estão as ilhas das Bocicas ao longo da costa, para a parte do sul, no mar das quaes há muito peixe mulher, que os naturaes das mesmas ilhas pescam, e tomam com linhas grossas, e grandes anzoes [...]. Esta carne é muito boa, e mui gorda, e d'ella comiamos em Sofala muitas vezes cozida com couves, e temperada com seu molho. Este peixe tem muita similhaça com os homens e mulheres da barriga até o pescoço [...]. Da barriga para baixo tem rabo muito grosso e comprido, com barbatanas como cação. Tem pelle branda, e alva pela barriga, e pelas costas aspera mais que a de cação. Tem braços, mas não tem mãos, nem dedos, senão umas barbatanas, que lhe começam dos cotovelos, até à ponta dos braços. Tem um disforme rosto espalmado, redondo, e muito maior que de um homem, mas não tem n'elle similhaça alguma de homem, porque tem a boca mui grande, similhante à boca de uma arraya, e os beiços mui grossos, e derrubados, como beiços de libreu. Tem a boca cheia de dentes, como dentes de porco javali, os quaes são mui estimados, e d'elles fazem as contas a quem chamam de peixe mulher, e dizem que tem muita virtude contra as almorreimas, e contra o fluxo de sangue [...]. Este peixe não falla, nem canta, como alguns querem dizer, sómente quando o matam dizem que geme como uma pessoa. [...]. Eu cuido que estas devem ser as Serêas e os Tritões, que os antigos fingiam, dizendo que Tritão era homem marinho (...). Outros poetas fingiram que as Serêas foram trez irmãs chamadas Parthenope, Lygia e Leuconia, [...]. Estas irmãs dizem que cantavam ao longo d'estas praias tão suavemente que atrahiam a si todos os navegantes d'aquelle mar, de tal maneira que enlevados com sua música, se descuidavam das embarcações, e da navegação que faziam [...]. Para qual razão querendo Ulisses navegar por este mar, tapou as orelhas a seus marinheiros com cera, e mandou-se atar a si mesmo ao pé do mastro, para que não se podesse bolir, nem mover com a música das Serêas [...]. Tudo isto são fingimentos de poetas: mas a verdade é, que o peixe-mulher de sua natureza é gerado e creado no mar, como os demais peixes, e tem mais propriedades de peixe que os cavallos

marinhos e lobos marinhos, e que os lagartos do rio, porque todos estes vivem fóra da água, e andam muitas vezes em terra: o que não faz o peixe mulher, antes se está fora da água logo morre como fica dito (Santos, 1891 [1609], p. 150, 151, 152, 153).

A comparação entre sereias e o peixe-boi é um forte componente dos escritos portugueses sobre história natural (Brito, 2018). Assim como no trecho supracitado sobre o Mar Vermelho, um primeiro aspecto a ser realçado é o recurso a informações orais coletadas localmente, neste caso de pescadores que circulavam entre Sofala e as ilhas chamadas Bocicas. Esta circulação está relacionada à economia de abastecimento de Sofala. Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos portugueses era o abastecimento de suas feitorias na costa oriental africana, solucionada por um sistema de “salvo-condutos” que autorizava o comércio com os chamados “mouros”, o que muito provavelmente se referia as populações swahili da costa africana, que se relacionam com o mundo islâmico desde o século VIII e praticam a pesca de alto-mar pelo menos desde o século X. João dos Santos, cuja obra traz muitas informações sobre práticas alimentares, afirma comer frequentemente o peixe-mulher, temperado e acompanhado por couves, em Sofala, onde atuou por quatro anos como confessor. A essa informação se segue a descrição que permitirá ao leitor produzir a imagem do referido peixe e o porquê da analogia antropomórfica que se apresenta em seu nome. Nisso, o autor faz uma digressão em que retoma a mitologia das sereias entre poetas antigos, com destaque para Homero, cuja história da viagem de Ulisses na *Odisseia* é novamente contada pelo dominicano na descrição do peixe-mulher. Após estender-se nessa digressão sobre a mitologia das sereias, João dos Santos pondera que “tudo isto são fingimentos de poetas”, estabelecendo a verdade sobre o peixe-mulher (que até hoje se identifica como a fêmea do peixe-boi), a partir de um esboço de classificação taxonômica que compara as propriedades que caracterizam o peixe-mulher como animal do mar em contraposição à cavalos marinhos (hipopótamos), lagartos do rio (crocodilos) e lobos marinhos, enquanto a mitologia das sereias fica reduzida a “fingimento de poetas”.

Nota-se o uso recorrente da experiência vivida ou ouvida de pessoas de crédito. Cabe questionar quem são essas pessoas além do autor, para identificar os múltiplos agenciamentos na produção do conhecimento. Mesmo a experiência que não é própria do autor, é coletada no local, isto é, entre os povos ditos “viajados”, ou entre marinheiros e viajantes conhecidos em pontos de entrecruzamento, portos e entrepostos comerciais. João dos Santos por exemplo cita informações recolhidas em embarcações, tanto no rio Zambeze quanto no oceano Índico, assim como recolhidas de viajantes em portos importantes como Ormuz, Áden, Mombaça, Moçambique e Goa. No entanto, não é um “simples conhecimento espontâneo” como poderia parecer dentro de uma certa narrativa enviesada da “revolução científica”. Podemos dizer, seguindo Silva Dias e diversos outros historiadores, que todo um conjunto de autores trabalhou para formular uma nova forma de conhecer e descrever o mundo, assentando na experiência o princípio de verificação do saber. Para Silva Dias o grande exemplo são os autores da época joanina, Pedro Nunes, d. João de Castro, Amato Lusitano e Garcia Orta. À exceção de Pedro Nunes, todos esses autores aparecem citados em João dos Santos, que escreve cerca de cinquenta anos depois. Porém, o dominicano faz referências a autores seus contemporâneos, procedendo a uma atualização das informações disponíveis sobre a África oriental e o oceano Índico. O quadro sobre o oceano Índico é recorrentemente completado pelo dominicano com referências a *Informação das cousas de Moluca*, manuscrito de Gabriel Rabello, e da *História de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran Reyno de China*, do jesuíta espanhol Juan de Mendonza, por exemplo, duas obras recorrentemente citadas na *Etiópia Oriental*. A presença

da tópica do saber pela experiência, a partir de experiências pessoais ou relatos coletados entre outros viajantes, é explícita em obras como a de João dos Santos e outros escritos de viajantes e missionários. Ao enveredar pela crônica histórica, ou pela narrativa pessoal de seus feitos missionários, ou pela história natural, a tópica do saber pela experiência é retomada, remetendo o leitor constantemente às experiências africanas do autor.

As descrições de história natural, as múltiplas agências e interessamentos, associações entre pessoas, animais e o ambiente

Os trabalhos de Dante Teixeira e Nelson Papavero evidenciaram a relação entre literatura de viagem, história natural e cartografia na produção de uma imagem do mundo pelos europeus. O conhecimento da fauna e da flora estava associado às formas de conhecer o espaço geográfico (Teixeira, 2009; Papavero, Teixeira, 2001). A obra *Etiópia Oriental* versa sobre diversos temas, entre eles está a história natural (descrição de animais e plantas, minérios, práticas curativas, plantas medicinais, fontes milagrosas). Como mostramos no tópico anterior, o estatuto do saber verdadeiro é validado pela experiência em terreno do autor, o missionário João dos Santos, que usa suas vivências africanas para qualificar o que é dito em seu relato. Assim, remetendo a esse primeiro momento do evento, anterior a sua elaboração narrativa, podemos observar que formas de “interessamento”, como diz Michel Callon, que permitiram a produção desse conhecimento. Para Callon

Interessamento é o conjunto de ações pelas quais uma entidade [...] tenta se impor e estabilizar os outros atores os quais define por meio de sua problematização. São utilizados diferentes dispositivos para implementar essas ações. Por que falar de *interessamento*? A etimologia dessa palavra justifica a escolha. Interessar significa estar entre (*inter-essa*), estar interposto (Callon, 2021, p. 75).

Isto é, anteriormente ao momento da escrita da obra e do circuito europeu de legitimação do conhecimento, quais são os circuitos de sociabilidade em África mobilizados pelo dominicano? Essa pergunta é importante para ver os diversos sujeitos de produção do saber, para além do autor-viajante. A partir da teoria ator-rede, inclusive objetos podem ser agenciados, pois fazem parte das associações (no sentido de atores que se engajam) que envolvem um evento. As descrições de história natural são particularmente expressivas, pois além de permitirem observar o engajamento entre João dos Santos e sujeitos de diferentes origens, também permitem observar as formas de interação ou engajamento entre humanos e animais, e talvez vislumbrar a agência desses não humanos, no sentido de uma ontologia achatada, como propõe Latour: “em uma ontologia achatada, não é possível desconectar todos os nós da rede” (Santaella; Cardoso, 2015, p. 178). A noção de achatamento também contribui a reduzir as distâncias entre o local e o global.

Retomando a relação entre história natural e cartografia, frei João dos Santos divide suas descrições sobre animais conforme a divisão geográfica que adota no livro. Primeiro, a região de Sofala, onde ele atuou como confessor ao longo de quatro anos, junto a “seiscentas almas de confissão, em que entravam portugueses, mestiços e gente da terra” (Santos, 1891 [1609],

p. 43). Esse caráter continuado de sua presença em Sofala (produzindo uma das fontes mais importantes sobre esta ainda pouco conhecida cidade swahili) lhe permite por diversos caminhos acessar conhecimentos sobre aquele mundo africano. No segundo livro do primeiro volume, fala dos animais característicos do rio Zambeze, também de grande interesse, por dois aspectos: por esse rio, passando pelas vilas de Sena e Tete, os portugueses acessavam o planalto do Zimbábue, e as feiras de ouro do Monomotapa. No terceiro livro, trata das ilhas na costa norte de Moçambique, das Quirimbas, das Comores, um território marítimo mas também ligado com a costa habitada pelos povos mácuca – as descrições sobre animais marinhos e das relações dos homens com o mar sobressaem nesta parte.

No terceiro livro, a respeito dos territórios insulares ao norte de Moçambique, na região do Cabo Delgado, João dos Santos faz uma referência significativa à técnica swahili de construção coralina: "no mar d'esta costa do Cabo Delgado se cria um coral preto pelo fundo do mar [...] este coral quando logo sae do mar vem corrimento e brando, que se pode dobrar, mas depois que lhe dá o ar fóra d'água, vae-se fazendo duro como pedra" (Santos, 1891 [1609], p. 281). A utilização de corais, moldados logo que retirados do mar, é uma característica da arquitetura swahili, designando habitações de prestígio. Outros materiais provindos do mar também eram utilizados, como o cálcario, extraído das conchas, a areia para as fundações e os suportes de madeira provindos do mangue. Assim, a arquitetura swahili trazia a presença do mar para o universo doméstico (Pradines, 2014).

Em Sofala, lugar de sua estadia mais longa, objeto do primeiro livro, uma das principais relações do dominicano é com o sertanejo Rodrigo Lobo, que é descrito como alguém que "sabia falar ao modo dos cafres, por metáforas" (Santos, 1898 [1609], p. 117). Ele havia recebido do sachiteve, senhor dos territórios contíguos a Sofala, o título de "esposa do rei" com direitos sobre a ilha de Maroupe, situada no rio de Sofala (rio Buzi). O título de "esposa do rei", na estrutura de poder dos shona, seria "um título de grandeza, e quem o detinha possuía vassalagem própria, controlava terra, cobrava tributos" (Costa e Silva, 2002). Rodrigo Lobo foi sem dúvida um informante privilegiado para o dominicano, ajudando a introduzi-lo no mundo africano a partir de seus circuitos de sociabilidade, que envolviam desde seus vassallos e escravos, até o zimbábue (ou a "corte") do sachiteve. A partir da ilha de Maroupe, frei João dos Santos inicia sua descrição dos animais, já expondo o circuito de sociabilidade e as circunstâncias de produção do conhecimento:

No rio de Sofala, obra de quatro léguas da fortaleza rio acima, começa uma ilha chamada Maroupe [...]. Um portuguez chamado Rodrigo Lobo era senhor da mór parte desta ilha, da qual lhe fez mercê o Quiteve por ser mui seu amigo e juntamente-lhe deu titulo de sua mulher [...]. N'esta ilha tinha Rodrigo Lobo muitos cafres seus escravos e os mais que n'ella moravam, todos eram seus vassallos, Algumas vezes fomos a ella, eu e o padre meu companheiro, a cathechisar e baptisar alguns d'elles, que pela mór parte eram gentios, outras vezes a folgar, porque é a ilha de muita recreação, por haver n'ella grandes pescarias e caça de muitos e vários animaes, como são veados, merús, paraparas, nondos, gazellas, vaccas bravas, que teem pouca differença das mansas, muitos porcos do matto e javalis, e outras muitas castas de feras, que andam em bandos como vaccas ou cabras (Santos, 1898 [1609], p. 114, 115).

Podemos observar como Rodrigo Lobo é um nó que permite acessar toda uma rede de sujeitos africanos, seus escravos e vassallos. Podemos considerá-lo como porta-voz de um grupo,

nos termos de Callon, embora noutros momentos outros porta-vozes apareçam. É significativa no trecho supracitado a percepção das circunstâncias ou dos eventos que permitem a produção do conhecimento sobre o mundo natural: João dos Santos deixa a fortaleza de Sofala e vai à ilha de Maroupe, catequizar e batizar ao sertanejo e sua rede de dependência, assim como para “folgar” por ser a ilha local “de muita recreação”. Entre os elementos de recreação estão a caça e a observação dos animais, como podemos ver no trecho a seguir:

No meio da ilha de Maroupe, de que atrás fallei, meia legoa das casas em que mora o senhor da ilha com toda sua gente, está um bosque muito formoso, mais de uma legoa em roda, de arvoredo silvestre, tão alto, que se vae ás nuvens e tão basto e copado por cima, que não dá logar ao sol para entrar n’elle, pelo que em algumas partes é escuro e medonho. Aqui dentro é casa e morada de leões, tigres, onças, elephantes e porcos montezes. Um dia fomos dentro a este bosque, eu e o padre meu companheiro, para vermos uma caçada de porcos, que o dono da ilha quiz fazer, por respeito de nos recrear e fazer mimo: para o que mandou ajuntar mais de cincoenta escravos e vassallos seus caçadores, assim para segurança de nossas pessoas, como para o effeito da caça, os quaes iam todos armados de arcos, frechas e azagaias e algumas espingardas, e d’esta maneira atravessámos o bosque, em que achámos muitos porcos, e d’elles foram mortos três e tomados alguns leitões pequenos. Também encontrámos elephantes e tigres e alguns bufaros, que todos se desviaram de nós e fugiram, com que muito folgamos (Santos, 1898 [1609], p. 118, 119).

Podemos identificar a forma de interação entre o sertanejo que busca “fazer mimo” ao padre dominicano, mostrando-lhe curiosidades da terra. Ao mesmo tempo se realça a rede de dependência e sociabilidade de Rodrigo Lobo, que mobiliza mais de “cinquenta escravos e vassallos” para a caçada. A partir desse eixo, o dominicano estabelece relações diretas com escravizados africanos. Podemos ver um movimento semelhante partindo de um desses escravizados em direção ao dominicano:

Estando nós um dia à tarde assentados n’esta ilha, à porta da casa com o senhor d’ella, veio a nós um *cafre seu escravo* e disse se queríamos *vêr seis leões que tinham àquela hora passado o rio da terra firme para a ilha*, que nos levantássemos, porque elles vinham atravessando o valle, que estava junto das casas. *Eu e o padre meu companheiro quasi que estivemos em dúvida de os ir vêr ao campo, mas o senhor da ilha e o caçador nos asseguraram*, dizendo que os leões e os tigres d’aquella ilha não *accommettiam gente alguma, nem lhe faziam mal, salvo se acaso se encontravam com ella ou se os assanhavam, e a causa d’isto era porque lhe sobejava a caça, de que andavam enfadados, por haver na ilha infinita* (Santos, 1891 [1609], p. 119, destaques nossos).

Podemos observar como o escravizado identificou a curiosidade do dominicano pelas coisas da natureza. Esta observação abre uma via interpretativa para tentar entender a agência escrava na produção do conhecimento científico. Assim como os sertanejos, escravizados eram informantes privilegiados dos europeus em territórios estrangeiros, sobretudo os escravizados das ordens religiosas. Podiam atuar como tradutores, guias pelos caminhos do sertão, ou mesmo como transmissores do conhecimento e da visão de mundo. Sabe-se que, após dobrar o Cabo da Boa Esperança, foi um escravo mouro capturado na costa africana quem guiou Vasco da Gama até a Índia. Entre as “almas de confissão” africanas de frei João dos Santos, seguramente estavam os escravizados da ordem dominicana, da feitoria de Sofala e dos portugueses,

submetidos à obrigatoriedade da confissão. Podemos observar a importância dos escravizados nas dinâmicas locais de produção do conhecimento em alguns trechos da descrição dos animais na Etiópia Oriental, por exemplo quando o autor dá a conhecer o animal "inhazara". Na maioria dos casos, frei João dos Santos oferece um nome em português e outro em shona para os animais descritos, porém em alguns casos, como no que se segue, o faz apenas na língua local:

Nos matos de Sofala se criam uns bichos a que os naturaes chamam *inhazaras*, os quaes são tamanhos como grandes porcos e quasi da mesma feição; teem o cabello muito preto e ralo, cinco dedos em cada pé e quatro em cada mão, como dedos de homem, e unhas mui compridas e agudas. Vivem debaixo do chão em covas que elles mesmos fazem ao modo de covas de coelho, com duas ou tres bocas. O seu mantimento principal são formigas, cavando com as unhas os formigueiros, que nestas terras ha muitos e mui grandes: e depois que teem as formigas assanhadas, mettem pelos buracos dos formigueiros a lingua, que teem de comprimento d'um covado, redonda e delgada, como uma vella de cera, na qual as formigas pegam, e depois de bem cheia, o bicho a recolhe para dentro da boca e engole as formigas, e tantas vezes faz isto, até que se farta. [...] *Um bicho d'estes mataram os nossos escravos*, indo aos mattos buscar madeira, e o trouxeram para casa, onde o chamuscaram, abriram e tiraram todo o deventre: no qual não acharam esterco algum, mais que as tripas cheias de vento somente, e que muito se espantaram todos os que isto viram, e *disseram alguns naturaes da terra, que já tinham ouvido a seus antepassados*, que estes bichos se sustentavam somente do ar, e que muitas vezes o tinham visto estar com a boca aberta para o vento. [...] A carne d'estes bichos é muito boa, e come-se (Santos, 1891 [1609], p. 126, 127, destaques nossos).

Este animal, "inhazara", ao que tudo indica, é o pangolim, espécie hoje ameaçada de extinção devido ao comércio relacionado ao uso terapêutico de suas escamas no Sudeste Asiático. É significativo observar, além da forma de descrição, que parte do comportamento do animal às suas entranhas, como os escravizados são além de colaboradores, digamos, braçais na caça e na dissecação dos animais, mas também como fornecem explicações sobre suas características, inclusive provindas das tradições locais. Semelhante procedimento é utilizado com relação aos lagartos, do rio de Sofala (Buzi) e do Zambeze. O dominicano dedica vários capítulos a esses animais, não à toa, pois a descrição dos crocodilos africanos já fora bastante explorada por Gomes Eanes Zurara, na crônica quatrocentista que se refere à África ocidental. Assim, João dos Santos procede à descrição dos crocodilos, ou lagartos, como ele chama, da África oriental. A tais lagartos, os africanos "chamam gonas, e nós crocodilos", diz (Santos, 1891 [1609], p. 86) Outro nome africano indicado é "papa-moscas", que se deveria ao mau odor:

estes lagartos são mui sugeitos a ventosidades, cujo ruim cheiro não há cousa viva o possa aguardar. Vindo eu, e outras pessoas um dia da ilha de Maroupe para Sofala pelo rio abaixo, foi tão grande o máo cheiro que sentimos em um remanso, onde os lagartos são mui certos, que não o podendo soffrer todos accudimos com as mãos aos narizes, e os cafres que vinham remando começaram de rir e festejar o caso dizendo que fôra ventosidade do lagarto cujo pestífero cheiro passava pelas águas até sahir fóra, e enjoava toda aquella parte do rio. Isto mesmo me contaram outras pessoas de crédito, que lhe tinha succedido n'este rio (Santos, 1891 [1609], p. 142).

Nesse trecho nota-se mais uma vez o registro de uma informação proveniente de um sujeito africano, encarregado da navegação pelo rio Buzi, informação confirmada por “outras pessoas de crédito” que haviam viajado pelo mesmo rio. Em seguida, João dos Santos compara a descrição que Gabriel Rebello faz dos lagartos das ilhas Molucas. Mais adiante, ele irá comparar esses lagartos da África centro-oriental, com os crocodilos do Nilo. Descreve sua reprodução através de informações fornecidas por africanos, que “lhe acham muitas vezes os ovos, da maneira que tenho dito; teem gemma vermelha, e a clara liquida como água” (1891 [1609], p. 143). Ainda, o dominicano relata um interdito imposto pelo *sachiteve* com relação a caça desses lagartos:

O Quiteve, rei do rio de Sofala, tem posto lei com pena de morte, e perda dos bens para sua corôa, que nenhum vassallo seu em todo seu reino, sea ousado a matar lagarto algum do rio, e a causa é, porque se sabe de certo, que os fígados d’estes lagartos são peçonhen-tíssimos, e portanto, não quer que os matem, por não usarem de sua fina peçonha (Santos, 1891 [1609], p. 143).

Assim, suas informações sobre esses animais, além das informações orais e escritas vem dos “cafres dos rios de Cuama [Zambeze], que não são vassallos do Quiteve, nem sugeitos à lei de que fallei no capítulo atraz, pescam, matam e comem os lagartos” (Santos, 1891 [1609], p. 145). Essa informação sobre aspecto peçonhento do fígado dos crocodilos dá margem a uma discussão sobre práticas terapêuticas para neutralizar o veneno. Outro interdito existente no Quiteve é com relação à caça do leão, tido como símbolo do político daquele território. Esses tipos de interditos são significativos para pensar as formas africanas de relação com os animais. Temos observado como é através desses engajamentos entre os shona e os animais da terra que frei João dos Santos se intromete nessas redes de conhecimento, que ele reelabora na escrita de sua obra. Um dos animais aos quais o dominicano dedica vários capítulos é o elefante. Devemos considerar que o marfim, assim como o ouro, eram os principais itens de exportação da África centro-oriental para o oceano Índico e para a Europa. Assim, além das várias histórias contadas sobre elefantes e das vezes que eles são inseridos em descrições de paisagens, o dominicano dedica um capítulo à descrição dos elefantes e dos modos de caçá-los praticados pelos africanos:

Em toda esta cafraria se criam muitos elephantes mui grandes, e bravos; os quaes são mui damninhos nas sementeiras dos milho e arroz, o qual comem e pisam, de que os cafres recebem muita perda. Além d’isso fazem grande damno nos palmares, derrubando-lhes as palmeiras para lhe comerem os palmitos. Os cafres lhe armam de muita maneiras (Santos, 1891 [1609], p. 307).

O primeiro modo de caça descrito consistiria em armar armadilhas no campo para os elefantes, outro seria pregar azagaias no chão onde se deitam os elefantes, para que eles se ferissem, demorando dias a morrer. Os caçadores precisam então passar um tempo perseguindo os animais, o que se daria “ordinariamente em noites luar”. Segundo João dos Santos:

Tanto que os caçadores tem morto algum elephante, vão chamar sua familia, parentes e amigos, e vem-se todos ao logar onde o elephante jaz morto e alli o comem assado, e cosido, sem fazerem outra cousa em todo este tempo. E posto que o elephante morto logo aos tres dias cheira tão mal, que não há podel-o soffrer, nem por isso deixam de o comer, até que não fica d’elle cousa alguma, como cães encarniçados em corpo morto. A

causa principal porque os cafres armam aos elephantes e os matam, é para lhe venderem os dente que é o marfim, de que se fazem todas as peças e brincos, que da Índia vem para Portugal, e é a principal veniaga d’esta costa, da qual se levam cada anno para a Índia mais de tres mil arrobas; porque estando eu n’esta fortaleza de Sofala, vi um anno ao capitão, que então era d’ella Garcia de Mello mandar ao alferes-mór capitão de Moçambique, seu cunhado, um bares de marfim, que tem cada um dezesseis arrobas, e por aqui se pode colligir todo o mais marfim, que se tira d’esta costa, onde há grande trato d’elle, como é no rio de Lourenço Marques, no Cabo das Correntes, e rio de Inhambane, nas ilhas de Angoche, rios de Cuama, na costa de Quirimba, e na de Melinde. D’onde se deixa ver claramente o número de elephantes que há n’esta Ethiopia, e a multidão que d’elles se mata cada anno, pois cada um se não tiram mais que dois dentes (Santos, 1891 [1609], p. 307, 308).

De acordo com Edward Alpers, autor de *Ivory and Slaves*, a exportação oficial de marfim de Sofala em 1545 representaria a “matança de mais de mil elefantes” naquele ano (Alpers, 2019). Como podemos pensar a interação entre humanos e animais a partir dessa relação? Nosso foco aqui é a forma de produção do conhecimento por João dos Santos, as múltiplas interações e agenciamentos envolvidos nessa produção. É claro que nesse trecho há um sentido pragmático, relacionado ao interesse comercial na exportação do marfim. Muitas das informações de história natural elencadas pelo dominicano são relacionadas a situações de caça, combinando a descrição do animal com práticas de alimentação, o que se relacionava às necessidades de sobrevivência em territórios estrangeiros. O momento da caça e da alimentação, do ponto de vista africano, parece ser um momento importante para forjar aliança com o estrangeiro, através da troca, inserindo-o na sociedade local. Isso acontece na forma como Rodrigo Lobo se inseriu de maneira mais continuada na sociedade shona do Quiteve, mas também das redes nas quais se inseriu frei João dos Santos ao longo dos quatro anos que permaneceu em Sofala, durante sua viagem pelo rio Zambeze, e sua posterior estadia de dois anos nas Quirimbas, convivendo com oficiais do Império português, como o capitão Garcia de Mello, acima mencionado, sertanejos, como Rodrigo Lobo, ou Francisco Brochado (que se estabelece na costa de Quelimane, no norte do delta do rio Zambeze, especializando-se no comércio por um dos braços desse delta). Uma das provocações teóricas de parte da recente historiografia da ciência e da teoria ator-rede é: como pensar o lugar dos animais enquanto agentes nessas interações? Podemos vislumbrar um outro exemplo de interação entre animais e humanos na descrição feita pelo dominicano sobre as onças carniceiras, que podemos identificar como hienas, que “teem muito faro de cousas mortas, porque veem muitas vezes ao adro da igreja de Nossa Senhora de Sofala a desenterrar os defuntos” (Santos, 1891 [1609], p. 121):

Ha muitas onças, mui pintadas, e de formosa côr; são muito maiores que um libreu, e muito mais compridas, em todas as feições do corpo, e cabeça mui semelhante aos nossos gatos. São tão carniceiras, que as mais das noites veem dentro á povoação de Sofala, fazer preza nos porcos e cabras que acham desgarradas dos curraes em que dormem fechadas, por este respeito: a sua principal relê é apanhar cães e gatos, para comerem, e mui poucas vezes accommettem gente. Uns cafres estavam uma noite comendo em uma casa de Sofala, todos em roda assentados no chão, como é seu costume, entre os quaes estava um gato. N’este tempo veio uma onça do campo, e saltou dentro na cerca da casa, onde os negros estavam assentados, sem ser sentida de ninguém, e chegando-se a elles deu um salto e apanhou o gato do meio d’elles e acolheu-se com eile na bocca e tornou a saltar a cerca para fóra, e foi-se (Santos, 1891 [1609], p. 125).

Diversos estudiosos das ciências na Alta Idade Moderna têm destacado como os novos espaços de circulação abrigaram dinâmicas intensas de construção e reconfiguração do conhecimento (Subrahmanyam, 1997; Raj, 2015). Ao levar o foco a dimensão local de conhecimento, sobressaem as formas de negociação e intercâmbio características das zonas de contato, destacando o papel, outrora obscuro, dos vários intermediários, *go-betweens* e tradutores, que constituem um *cosmos* diverso em termos culturais, religiosos e linguísticos (Polónia et al., 2018).

Possibilidades de uma abordagem simétrica: circulação, mediação, interpretação, tradução

“Like Michel Serres, I use translation to mean displacement, drift, invention, mediation, the creation of a link that did not exist before and that to some degree modifies two elements or agents” (Latour, 1994, p. 32).

As diversas formas de interessamento observadas no trabalho, entre João dos Santos, Rodrigo Lobo, outros sertanejos, escravizados shona e swahili, podem ser entendidas como envolvendo formas de mediação e agenciamento, através das relações de negociação e colaboração. No que tange à produção do conhecimento dito científico, destacam-se os papéis de outros sujeitos, excluídos tradicionalmente da grande narrativa da ciência moderna, tanto no caso de João dos Santos, enquanto clérigo católico pós-tridentino, quanto, sobretudo, dos demais agentes locais, sertanejos e africanos, que participam de maneira ativa e significativa dessas redes locais de produção de conhecimento. Essa “dialogia” que compõe o registro, relacionada à tradução cultural realizada por João dos Santos, permite, desenredando os vários fios que compõem a teia discursiva de sua obra, identificar na narrativa do dominicano vozes e saberes africanos (Ginzburg, 1991).

O sentido da simetria é restituir a ação como produto de diferentes interações, entendendo os diferentes agenciamentos envolvidos nessa forma híbrida (evento). O princípio da simetria, também relacionado à ideia de que o estudo sobre ciência de uma maneira historicamente situada conduz a uma revisão da própria prática científica e de seus fundamentos epistemológicos, levando a reconhecer e a validar outras epistemologias e formas de conhecer e explicar o mundo natural, cada uma dotada de seus próprios critérios de validade epistêmica. Nesse sentido, devemos entender a perspectiva africana na relação com os portugueses em todos os âmbitos: na troca comercial, no contato religioso, na formação de redes de parentesco, nas ocasiões de caçadas e viagens pelo sertão. No caso dos registros sobre o mundo natural, podemos, por meio do registro do dominicano, procurar ler as formas africanas de entender e explicar os animais. Os nomes africanos dos animais, as histórias contadas pelos caçadores, as explicações sobre dadas características dos animais, fornecem pistas para essa interpretação.

Como mostrou Lévi-Strauss, o pensamento abstrato não é apanágio exclusivo das línguas ditas civilizadas, contradizendo a ideia de que o pensamento selvagem seria apenas utilitário, sobressai-se a riqueza de termos abstratos que o pensamento dito selvagem oferece, por exemplo, nas formas de descrição e classificação de plantas e animais (Lévi-Strauss, 1962). Eduardo Viveiros de Castro destaca o lugar central que o pensamento “nativo”, em especial o ameríndio, tem na antropologia de Lévi-Strauss, porém pondera que a “originalidade radical”

da contribuição desse pensamento para a antropologia ainda não foi totalmente absorvida. Isso porque, em sua análise, a prática antropológica, isto é, a prática da tradução intercultural, significa comparar antropologias, pois "o antropólogo e o nativo estão engajados em operações intelectuais diretamente comparáveis" (Viveiros de Castro, 2019, p. 250).

Para Viveiros de Castro, diferente da concepção europeia em que há uma unidade da cultura face a uma diversidade da natureza, na concepção ameríndia haveria uma unidade de espírito que conecta os diferentes corpos presentes no espaço, humanos e não humanos, cada um deles caracterizado por um sentido particular, definido por seu modo de agir sobre o mundo (Viveiros de Castro, 2004). Para nossos objetivos, é significativo como Viveiros de Castro incorpora epistemologicamente o perspectivismo ameríndio, traduzindo e validando essa forma de pensar o mundo natural para além da oposição ocidental entre natureza e cultura. A possibilidade de decodificar e reconstituir formas de pensar provenientes da gramática cultural africana aparece na obra de frei João dos Santos, na medida em que esta é resultado do encontro e da tradução entre culturas. Assim, os ditos "nativos", como refere Kapil Raj, deixam de ser vistos como informantes passivos, mas sim como agentes ativos da construção do saber na época moderna (Raj, 2015). Nesse sentido, a literatura de viagens, enquanto forma de construção de conhecimento a partir de experiências vividas ou coletadas de informações orais, colocada em uma perspectiva de circulação de saberes, reaparece em seu sentido etnográfico (Wissenbach, 2020; 2009).

Observe-se como, em meio a suas descrições dos animais do rio Zambeze, João dos Santos oferece uma amostra do que afirma ser uma mitologia corrente entre os navegadores daqueles rios:

Os cafres d'estes rios contam uma história mui sabida, e praticada dos portuguezes, e mouros d'estas terras, da maneira seguinte. Dizem que um dia veiu um leão correndo após um veado para o matar, e comer, o qual veado vendo-se perseguido, veiu fugindo, com medo da morte para se lançar ao rio, e chegando a elle, indo já para se metter dentro, chegou-lhe primeiro o leão, e lançando-lhe as unhas sobre as ancas teve mão n'elle, para que se não acabasse de metter de todo no rio; mas a este reboliço e briga accudiu um lagarto, e vendo que o veado estava com meio corpo dentro na água, ferrou logo d'elle com os dentes e unhas, para o metter no rio, e teve mão n'elle tão fortemente, que o nunca o leão o poudo tirar fóra, nem o lagarto o poudo metter dentro, e tirar das unhas do leão; e d'esta maneira estiveram algum tempo porfia de quem havia de levar a presa, até que accudiram uns cafres, que andavam trabalhando em umas cearas, e tinham visto todo o successo d'esta contenda, e correndo ao rio com grandes brados, e alaridos, o lagarto se espantou, e largou o veado, recolhendo-se para dentro d'agua, e o leão também fugiu, deixando a caça que tinha já quasi morta, e aberta pelas cadeiras com as unhas. Chegaram então os cafres, e recolheram o veado, e o repartiram entre si (Santos, 1891 [1609], p. 178).

A utilização de informações e relatos orais ao longo do texto abriu uma brecha para que tal mitologia local, de origem shona ou swahili, chegasse a essa descrição de história natural. Esse procedimento não era de todo estranho à história natural tal como ela se constituía na primeira época moderna, vinculada aos saberes médicos e botânicos, associando-se de maneira complexa à história, mitologia, etimologia, símbolos e emblemas, apresentando continuidades com relação aos bestiários medievais, porém sofrendo também alterações devido ao massivo número de novas espécies conhecidas no período, sobretudo no Novo Mundo, mas também no Oriente (Oliveira, 2016). Conforme Fa-ti Fan:

European empires of the early modern period extended over much of the globe, and the collecting and transmission of knowledge, information and material objects constituted a crucial part of the scientific revolution. The increasing interest in artisanal or other non-elite knowledge, practices and skills led to a new recognition of the extent to which European science – which was really a diverse and heterogeneous body of knowledge, institutions and practices – owed to multiple, including non-Western traditions of knowledge (Fan, 2012, p. 250-251).

Vimos como a *Etiópia Oriental*, de João dos Santos, é resultado das redes africanas em que o autor se inseriu. A noção de “interessamento” pressupõe uma mediação entre diferentes agentes que se interpõem, podendo constituir-se porta-vozes de grupos. João dos Santos constituiu-se num intérprete ou num tradutor, a depender do sentido que se atribua a essa acepção, do mundo da África oriental para o público culto europeu, cuja validade, ainda que relativizada, chega até os dias atuais (Callon, 2021; Stengers, 2018).

Podemos observar essa circulação de informações através das fronteiras culturais em outro contexto local, com outras correlações de força e poder, na forma como o sertanejo Rodrigo Lobo mobiliza a compreensão shona, particularmente do Quiteve, a respeito do mundo animal. Já mencionamos como Rodrigo Lobo é caracterizado por saber manipular bem a linguagem cultural shona e vimos como ajudou a inserir o dominicano em relações com os africanos. Numa situação limite, o sertanejo é colocado em risco por ter violado o defeso da caça ao leão:

Um anno succedeu que o dono d’este ilha, Rodrigo Lobo, fez uma caçada, com muitos cafres, seus escravos e vassallos, moradores na mesma ilha, e entre muito gado que mataram, juntamente foi morto um leão, (cousa mui defesa em todo o reino do Quiteve, senhor e rei d’estas terras, como atraz fica dito) vendo-se pois o senhor da ilha o leão morto e que o rei o havia logo de saber (porque os cafres nenhum segredo tem e sao mui inclinados a dar uma ruim nova) mandou metter o leão em uma almadia e cobril-o de rama, e poz-lhe em cima vinte pannos e mandou tudo ao Quiteve, dizendo que elle, Rodrigo Lobo, sendo mulher d’el-rei e andando fazendo a seara para seu marido, o viera accometter aquelle leão, alevantado e descortez para a mulher de seu rei, pela qual razão lhe deu com o cabo da enxada na cabeça, por honra de seu marido, e que ali lh’o mandava morto, para que acabasse de tomar a vingança d’elle e do agravo que fizera a sua mulher. O Quiteve recebeu o presente e mandou-lhe dizer que fizera muito bem de matar o leão, pois fôra descortez a sua mulher. E d’esta maneira se acabou esta empofia,² que Rodrigo Lobo temia pagar pelo menos com perder a ilha, e se fôra cafre com perder a vida e todos os seus bens paara a côroa, conforme a lei do Quiteve. Mas como Rodrigo Lobo era grande amigo seu e sabia fallar ao modo dos cafres, por metáforas, buscou esta invenção para contentar ao Quiteve, como de feito contentou, e declarou que a lei que tinha posta não se entendesse em Rodrigo Lobo, sua mulher muito amada (Santos, 1891 [1609], p. 117).

Esta história contada por João dos Santos mostra como Rodrigo Lobo mobiliza a forma específica da sociedade shona de entender o mundo animal em sua linguagem política, de

2 Segundo Bluteau: “Empófia [...]: pretexto, còr para tomar o alheio, e erão o que os Christãos na Ásia usavam com os Mouros dominados [...]”. Ver o dicionário de Raphael Bluteau no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (USP), em:

<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>.

modo a conservar sua aliança com o *sachiteve*. Isso aponta para as questões da mediação e da tradução, presentes também nas maneiras como João dos Santos acessa esses conhecimentos. A descrição do dominicano demonstra seu próprio entendimento sobre a linguagem shona, necessário para traduzir-se e engajar-se em relações locais. Diferentes de outras partes do mundo, na África centro-oriental, o português não se tornou língua franca do comércio e das trocas, sendo suplantado pelo swahili, já uma língua híbrida. Não temos informações se os diálogos de João dos Santos se dão através de intérpretes, porém muitas palavras da língua shona são registradas ao longo do texto, como nas descrições de animais, mas sobretudo com relação a termos do universo religioso e das relações políticas, assim como nomes de objetos. Também muitos toponímicos aparecem em língua local, assim como em sua versão portuguesa: os rios de Cuama aparecem como Zambeze, a ilha de São Lourenço como Madagascar, entre outros. Localidades mais específicas aparecem apenas com nomes africanos, como o monte Fura, local de culto aos ancestrais reais do *mutapa*, ou as importantes feiras de Luanze e Massapa, principais pontos de compra e venda de ouro no Monomotapa. O grau de entendimento de João dos Santos da língua shona falada na África centro-oriental do final do século XVI pode ser avaliado na seguinte passagem:

O Manamotapa, e todos os seus vassallos são Mocarangas, nome que teem por habitar as terras do Mocaranga, e fallarem a língua melhor e mais polida de todas as línguas de cafres que tenho visto n’esta Ethiopia, porque tem mais brandura, melhor modo de fallar; e assim como os mouros de África, e de Arábia fallam de papo, que parece que vomitam, e arrancam as palavras da garganta, assim pelo contrário estes mocarangas fallam de beiços, de tal maneira que muitos vocábulos dizem quasi assobiando, no que tem muita graça, como eu vi algumas vezes fallar os cafres da côrte do Quiteve, e do Manamotapa, onde se falla o mocaranga mais polidamente. O seu modo de fallar é por metáforas, e comparações mui próprias, e trazidas a propósito, para seu proveito e interesse, em que todo o seu intento se resolve (Santos, 1891 [1609], p. 223).

Essa passagem, assim como a anterior referente à Rodrigo Lobo e o leão, mostra para além de uma tradução linguística, forma primeva da tradução, e a interpretação de uma cultura política, necessária para a conformação de relações de interessamento entre portugueses e africanos. O fato de João dos Santos classificar os shona do Monomotapa como aqueles que falam a língua de maneira mais polida tem a ver com o fato de ser esse o território (localizado no planalto do Zimbábue), e não o do Quiteve (contíguo a Sofala), o principal interesse e objetivo dos portugueses, por estarem situadas no planalto do Monomotapa as minas do ouro que ia para o comércio do Índico. Assim, João dos Santos vai ao longo de sua obra traduzindo diversas instituições políticas africanas, necessárias para os interesses da Coroa portuguesa na região: protocolos de corte, os embaixadores (chamados *mutumes*), regras comerciais (pagamento da *kuruva*, sob risco de *empata*, ou seja, confisco de bens), o “capitão das portas”, instituição mista que se constitui entre portugueses e shona, dentre outros.

Isso é mais notável ainda com relação às informações sobre o universo religioso. Vimos como a atuação de frei João dos Santos como confessor, exercendo essa escuta ativa e contínua sobre homens e mulheres, portugueses e africanos (convertidos ao cristianismo, em geral escravizados, ou que aderiam às práticas da religião cristã como mais uma prática cerimonial possível). No entanto, ele também revela ter interrogado indivíduos especializados nas relações com o mundo espiritual

Perguntando eu algumas vezes a cafres honrados e bem entendidos, em que logar estavam seus reis defuntos, e os mais a quem tinham por santos, se lhe parecia que estavam no ceo, me responderam que no céu não estavam mais que Deus, a quem chamam Mulungo (Santos, 1891 [1609], p. 70).

O registro da designação “Mulungo” pode ajudar a avaliar a precisão linguística do dominicano, sendo um termo derivado do verbo de matriz Bantu **lung* (tornar ordenado), variante surgida no tronco linguístico Mashariki Bantu, falado pelos habitantes da África oriental, que deu origem ao shona e ao swahili (língua de matriz Bantu, com um terço do léxico proveniente do árabe) (Fourshey, Gonzales, Saidi, 2019). Assim como João dos Santos interroga especialistas a respeito da espiritualidade shona (“cafres honrados e bem entendidos”), recolhe entre mercadores portugueses, luso-africanos e escravizados informações o mais precisas possível a respeito daquele universo religioso. O mesmo faz em relação ao mundo natural, recolhendo informações sobre animais, plantas, minérios, fontes milagrosas, doenças e formas de cura – e buscando informações “dignas de fé”, como diz Orta, evitando as “patranhas” e as “falsas informações”:

Algumas pessoas querem afirmar, que estes lagartos da terra vão à borda dos rios, onde lhe sahem os lagartos da água, e alli se juntam uns com outros e fazem geração, mas eu tenho isto por grande patranha, pois até agora não há nenhum natural da terra que tal visse: pelo que alguns que isto escreveram, deviam fazel-o por falsas informações (Santos, 1891 [1609], p. 129).

Diversos nomes africanos são incorporados, por exemplo, com relação aos pássaros: além de andorinhas, papagaios, pelicanos, pardais, novas espécies locais são registradas a partir de seus nomes africanos, provavelmente na língua falada pelos shona na virada do século XVI para o XVII: um pássaro chamado “sazu”, cujo mantimento é a cera, e “andam pelos matos em busca de enxames de abelhas, dos quaes ha muitos pelo chão em buracos”, de modo que “os naturaes da terra, que já conhecem os pássaros, tanto que os veem, logo os vão seguindo para colherem o mel”. Também estes pássaros “Muitas vezes entravam pelas frestas da nossa igreja de Sofala, e os achávamos comendo as migalhas da cera, que ficavam nos castiças, e alli lhe armaram os moços da nossa casa, e tomaram alguns” (Santos, 1891[1609], p. 137, 138). Outro pássaro mencionado é “minga”, descrito como semelhante aos pombos, sendo “mui gordos e saborosos” (Santos, 1891 [1609], p. 138). Também com relação a peixes o dominicano oferece denominações locais precisas: um peixe chamado “macone”, ao qual os africanos são “mui pegados; é mui gordo, e soffrível: eu comi elle muitas vezes”; outro peixe, “munemune”, “tem um cheiro tão fortum, que não ha quem lh’o possa aguardar, salvo os cafres, que o comem” (Santos, 1891 [1609], p. 146, 147, 148). É significativa a descrição de um peixe que tem um nome atribuído pelos africanos e outro pelos portugueses:

Nos rios de agua doce d’esta costa, se cria uma certa casta de peixe, a que os portuguezes chamam peixe tremedor, e os cafres thinta, o qual tem tal propriedade, que nenhuma pessoa o pode tomar na mão emquanto está vivo, e se alguém o toma, causa-lhe tão grande dôr n’ella, e em todo o braço, que parece lh o desfazem por quantas juntas tem, de maneira que logo larga o peixe, mas como morre fica como qualquer outro, e come-se e é muito saboroso e estimado. Dizem os naturaes que da pelle d’este peixe se fazem feitiços, e também que é mui medicinal contra a cólica, torrada e moida, e bebida em um copo de vinho (Santos, 1891 [1609], p. 146).

Nessa descrição, o autor incorpora um saber médico-terapêutico, dialogando uma característica da história natural na época moderna com uma característica das práticas de cura centro africanas, onde o remédio e o veneno estão associados como forma de intervenção sobre as doenças do indivíduo ou da sociedade: “o remédio que mata é também o que cura”, diz Janzen (1982, p. 14), recolhendo um dizer popular do Congo, o que implica em que tais práticas sejam estritamente controladas e autorizadas. Mencionamos anteriormente o controle imposto pelo *sachiteve* à peçonha extraída do fígado do crocodilo. O mesmo aparece em relação a uma cobra registrada com nome africano:

Nas terras de um rei cafre chamado Biri, que estão junto da Manica, de que já falei atrás, sé cria uma certa casta de cobras pequenas, do tamanho de um covado, a que os cafres chamam ruça inhanga, as quaes são tão peçonhentas, que seccam a herva ou pau em que mordem cada dia, quando não acham cousa viva em que possam morder, como é seu costume ou natureza, porque n’esta mordedura deixam grande parte da peçonha, com que parece ficam desalivados, e quando mordem em alguma cousa viva, logo o animal mordido incha como um odre, e dentro em vinte e quatro horas lhe cae o cabelo, unhas, cornos e dentes e morre sem haver contra peçonha que lhe resista. D’estas cobras faz o rei Biri uma certa confeição de massa com que unta as frechas, a qual é tão fina e forte, que em tocando qualquer frecha d estas untadas em qualquer cousa viva, como lhe tire sangue, logo lhe causa os mesmos effeitos, que faz a morde-dura da mesma cobra. Ninguém pode uzar d’esta peçonha nas frechas, senão o proprio rei Biri, que o tem prohibido sob pena de morte e perda da fazenda (Santos, 1891 [1609], p. 130, 131).

Lévi-Strauss, utilizando um relato antropológico produzido na região da atual Zâmbia, também aponta essa associação entre ciência e feitiçaria na descrição do mundo natural (citação que aponta também para as relações análogas desenvolvidas pelo etnógrafo e seu informante):

J’ai toujours été surpris par l’empressement avec lequel les gens de Balovale et des régions avoisinantes acceptaient de parler de leurs remèdes et de leurs poisons. Étaient-ils flattés par l’intérêt que je témoignais pour leurs méthodes? Considéraient-ils nos conversations comme d’échanges entre collègues? [...] Quelle que puisse être la raison de leur attitude, ils ne se faisaient jamais prier. Je me souviens d’un diable de vieux Luchazi qui apportait des brassés de feuilles sèches, de racine et de tiges, pour m’instruire de tous leurs emplois. Était-il plutôt herboriste ou sorcier? Je n’ai jamais pu percer ce mystère, mais je constate avec regret que je ne posséderai jamais sa science de la psychologie africaine et son habilité à soigner ses semblables (Gilges *apud* Lévi-Strauss, 1962, p. 11, 12).³

Também é significativa a descrição feita do pássaro de nome “curuane”:

3 “Sempre me surpreendi pela avidez com a qual as pessoas de Balovale e das regiões circunvizinhas aceitavam falar sobre seus remédios e seus venenos. Estariam eles lisonjeados pelo interesse que eu demonstrava por seus métodos? Considerariam nossas conversas como trocas entre colegas? [...] Qualquer que possa ser a razão de sua atitude, eles não se faziam de rogados. Me recordo de um velho diabo Luchazi que trazia confeções de folhas secas, raízes e hastes, para me instruir sobre seus usos. Era ele mais um boticário ou um feiticeiro? Não poderei jamais solucionar esse mistério, mas constato com desapontamento que não possuirei jamais sua ciência da psicologia africana e sua habilidade em curar seus semelhantes” (tradução nossa).

N'estas terras ha um genero de passaros, a que os naturaes chamam curuanes, os quaes são tão grandes como grou, mas muito mais formosos, porque são todos pretos pelas costas, de uma côr formosíssima, que parece setim preto, e pela barriga e peito, são brancos, de côr alvíssima. Teem o pescoço de um grande covado de comprido, coberto todo de pennas brancas finíssimas, como seda, as quaes são excellentes para penachos. Tem esta ave sobre a cabeça um barrete de pena preta, mui formoso, do modo que o tem vermelho os nossos pintasilgos, e no meio d'este barrete tem um penacho de quasi um palmo de alto, de pennas brancas, finíssimas, todas direitas e eguaes por cima, e no alto se espalham, e ficam redondas, como um cugumello alvíssimo, com seu pé estreito, que lhe nasce do meio da cabeça, e parece um sombreiro de sol. Os cafres dizem que este é o rei dos pássaros, assim por ser muito grande e formoso, como por ter sombreiro de sol sobre a cabeça, que é insígnia e bandeira usada de alguns reis d'esta cafraria, como são o Quiteve, o Chicanga, o Sedanda, e outros (Santos, 1891 [1609], p. 136).

Nesta descrição aparece, como no caso do lobo no Quiteve, a associação simbólica entre um animal e o poder político. Essa não é uma associação de todo estranha às monarquias europeias da época moderna, assim João dos Santos realiza uma tradução ao entendê-lo por "insígnia ou bandeira" dos chamados "reis" da região. A própria noção de "reino" consiste numa interpretação europeia do que é uma forma de organização política baseada no parentesco, conhecendo um grau significativo de centralização na África oriental a partir do século XIII (à época do Grande Zimbábue). Provavelmente essas descrições tenham sido colhidas ao longo dos mencionados momentos de folga e recreação na ilha de Rodrigo Lobo, acompanhado de escravizados, sendo esses os prováveis informantes "naturais da terra" mencionados sistematicamente pelo autor dominicano, que em diversos momentos fornecem informações que são incorporadas no texto. Como mostrou Carlo Ginzburg (2000), as chamadas cultura erudita e cultura popular não constituem universos estanques; existem entre eles vasos comunicantes, em que se destaca o papel dos mediadores culturais. No contexto dos Impérios marítimos, o papel de tais mediadores é ainda mais relevante, dada a necessidade de inserir-se num mundo que era antes completamente estranho. Nesse sentido, a viagem aparece como uma prática cultural e científica. Pensando na diferenciação entre as duas dimensões da historicidade, o passado em si e a história enquanto narrativa sobre esse passado, o viajante assume uma dada posição quando escreve, após seu retorno, o relato de sua viagem; porém, quando em terreno, durante a viagem, outras relações de força, poder e agência estão colocadas, diferente daquelas do momento da escrita. Evidenciar esses outros sujeitos, que tiveram um papel relevante na produção do conhecimento na época moderna e foram subalternizados nesse segundo nível da historicidade, na narrativa, exige desviar o foco do centro para iluminar aquilo que se encontra nas margens e passava despercebido.

Considerações finais

À guisa de conclusão, cabe retomar o caminho percorrido ao longo deste artigo. Num primeiro momento, verificamos como a literatura de viagens se associava à história natural e ao conhecimento geográfico na época moderna, evidenciando as formas de validação do saber pelo dominicano João dos Santos a partir de sua experiência africana. Percorrendo suas descrições de história natural, buscamos evidenciar os diferentes agenciamentos na produção

desse saber, as relações locais, de negociação e colaboração, perseguindo a trilha de investigação aberta pela história das ciências nos Impérios coloniais e sobretudo pelo trabalho de Kapil Raj, que evidencia o papel desses agentes locais na produção do saber. Observamos, de acordo com Viveiros de Castro, como os ditos “nativos” e os antropólogos, ou missionários (pensando na associação que Ginzburg faz entre esses), estão engajados em operações intelectuais semelhantes, contaminando-se mutuamente no ato de traduzir o outro – como diz Kapil Raj, circulação não significa fluidez, mas implica que haja transformação. Assim, procuramos iluminar caminhos que permitam a apreensão das perspectivas africanas na produção desse saber, entendendo que ele não é um saber exclusivamente europeu, mas elaborado localmente, em África. A história africana, ao pensar a agência histórica das sociedades africanas nas suas interações com as demais sociedades, possui uma inserção disruptiva na história global, fazendo com que visões estereotipadas, paradigmas e grandes narrativas sejam revistos. A história das ciências nos impérios marítimos também pode receber aportes significativos se incorporar as perspectivas africanas, como já faz grandemente nos estudos sobre a produção do saber no Sul da Ásia e na América.

Referências bibliográficas

- ALPERS, E. Moçambique marítimo (séculos XIV-XXI). *Revista de História*, n. 178, p.1-32, 2019.
- BHILA, H.H.K. A região ao sul do Zambeze. In: OGOT, B.A. (org.). *História geral da África*, v. 5. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011. p. 755-807.
- BRITO, C. Connected margins and disconnected knowledge: exotic marine mammals in the making of early modern European natural history. In: POLÓNIA, A.; BRACHT, F.; CONCEIÇÃO, G.; PALMA, M. (orgs.). *Cross-cultural exchange and the circulation of knowledge in the first global age*. Porto: Citcem, 2018. p. 106-132.
- BROC, N. *La géographie de la Renaissance (1420-1620)*. Paris: Bibliothèque Nationale, 1980.
- CALLON, M. Elementos para uma sociologia da tradução: o caso da domesticação das vieiras na baía de Saint Brieuc. In: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F.Á. *Dossiê Bruno Latour*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. p. 67-95.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, J. The Colonial Iberian roots of the scientific revolution. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Nature, Empire and Nation: Explorations of the history of science in the Iberian World*. New York: Stanford University Press, 2006. p. 14-45.
- CARVALHO, J.B. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.
- CARVALHO, T.N. Registos da biodiversidade africana anotados por frei João dos Santos em “Etiópia Oriental” (Évora, 1609). In: Congresso Internacional “Saber Tropical em Moçambique: história, memória e ciência”, 2012, Lisboa. *Atas...*, Lisboa: IICT/JBT, 2012.
- COSTA E SILVA, A. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- DIAS, M.O.L.S. Hermenêutica do quotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto. História*, v. 17, p. 223-258, 1998.
- FAN, F. The global turn in the history of science. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, v. 6, n. 2, p. 249-258, 2012.

- FEIERMAN, S. African histories and the dissolution of world history. In: BATES, R.; MUDIMBE, V.; O'BARR, J. (eds.). *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: University of Chicago Press, p. 167-212. 1993.
- FOURSHEY, C.; GONZALES, R.; SAIDI, C. *Africa Bantu: de 3.500 a.C. até o presente*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- FURTADO, J. *Quebra-cabeça africano*. Belo Horizonte: Miguilim; Odisseia, 2022.
- GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 9-20, 1991.
- GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JANZEN, J. *Lemba 1650-1930: a drum of affliction in Africa and the New World*. London: Garland, 1982.
- LATOURET, B. On technical mediation: philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, p. 29-64, 1994.
- LEITÃO, H. A brief note on the power of mathematics: Pedro Nunes and the retrogradation of shadows. In: *Recreational Mathematics Colloquium*, 5., 2017, Lisbon. *Proceedings...* Lisbon: CMAF/Universidade de Lisboa, 2017. p. 45-52.
- LÉVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.
- MARAVALL, J.A. *Antiguos y modernos*. Madrid: Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1966.
- MARCOCCI, G. *Indios, cinese, falsari: le storie del mondo nel Rinascimento*. Bari: Laterza, 2019.
- MEGIANI, A.P.T. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha, sécs. XV-XVII. In: ALGRANTI, L.M.; MEGIANI, A.P. (orgs.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XVII*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 165-185.
- MEGIANI, A.P.T. Escritos breves para circular: relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna. *Varia Historia*, n. 35, p. 535-563, 2019.
- MEGIANI, A.P.T.; CERQUEIRA, A.S. Como se escrevia a história no século XVII: o uso dos tratados espanhóis, italianos e franceses pelos autores portugueses. *Revista de História*, n. 179, p. 1-32, 2020.
- MUSCALU, I. *"Donde o ouro vem": uma história política do Reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI)*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MUSCALU, I. *"Da boa guerra nasce a boa paz": a expulsão dos portugueses do planalto do Zambeze: reino do Monomotapa, África Austral (1693-1695)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Natureza peregrina: a fauna e a flora das índias ocidentais nas crônicas oficiais hispânicas (1570-1620)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.
- PABIU-DUCHAMP, F. *João dos Santos: um dominicain portugais dans les Sud-Est africain (1586-1622): une histoire de "l'Éthiopie orientale"*. Thèse (Doctorat) – Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, 2007.
- PALOMO, F. Production et circulation des savoirs dans une monarchie polycentrique: Goa, la chrétienté éthiopienne et l'empire portugais du XVIIe siècle. *Revue Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 78, n. 3, p. 427-461, 2022.
- PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D.M. Os viajantes e a biogeografia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII, suplemento, p. 1015-1037, 2001.
- PEREIRA, D.P. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1954.
- POLÓNIA, A.; BRACHT, F.; CONCEIÇÃO, G.; PALMA, M. (orgs.). *Cross-cultural exchange and the circulation of knowledge in the first global age*. Porto: Citcem, 2018.
- PRADINES, S. La ville médiévale swahile: une perspective est-africaine. *Tāñrifa*, v. 4, p. 17-35, 2014.
- RAJ, K. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e a história global da ciência. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, 2015.
- SALIM, A.I. A costa oriental da África. In: OGOT, B.A. (org.). *História geral da África*, v. 5. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2011, p. 883-915.
- SANTAELLA, L.; CARDOSO, T. O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour. *MATRIZES*, v. 9, n.

Narrativas de viagem, história natural e circulação de saberes na primeira época moderna: um estudo a partir da “Etiópia Oriental” de frei João dos Santos (1586-1609)

1, p. 167-185, 2015.

SANTOS, J. dos. *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Évora: Manuel Lira, 1609.

SANTOS, J. dos. Edição e introdução de L. Cordeiro. *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: Biblioteca dos Clássicos Portugueses, 1891 [1609].

SANTOS, J. dos. Edição e introdução de M. Lobato. *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*. Lisboa: Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999 [1609].

SHAPIN, S. *A revolução científica*. Lisboa: Difel, 1999.

SILVA DIAS, J.S. da. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982.

STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, 2018.

SUBRAHMANYAN, S. Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asia Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

TEIXEIRA, D.M. Todas as criaturas do mundo: a arte dos mapas como elemento de orientação geográfica. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 1, p. 137-154, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. *O que nos faz pensar*, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A antropologia perspectivista e o método da equivocação controlada. Trad. de M. Camargo e R. Amaro. *Aceno: Revista de Antropologia do Centro Oeste*, v. 5, n. 10, p. 247-264, 2019.

WISSENBACH, M.C.C. Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In: ALGRANTI, L.M.; MEGIANI, A.P. (orgs.). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico séculos XVI-XVII*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 375-393.

WISSENBACH, M.C.C. *Saberes práticas e escravidão nos circuitos e nas narrativas do Atlântico Sul (séculos XVIII-XIX)*. São Paulo: Intermeios, 2020.

Recebido em novembro de 2022

Aceito em março de 2023